

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE ACADÊMICOS DA UNEMAT NA ESCOLA MUNICIPAL NILO PROCÓPIO PEÇANHA EM ALTA FLORESTA - MT**

*Academics in UNEMAT of the university extension in Nilo Procópio Peçanha municipal school in Alta Floresta – MT*

Luiz Fernando Caldeira Ribeiro - Universidade do Estado de Mato Grosso – Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Agronomia. Professor Adjunto da UNEMAT/ Campus de Alta Floresta

### **Resumo**

Este trabalho descreve as atividades dos acadêmicos da disciplina de Extensão Rural do curso de Agronomia da UNEMAT e comunidade da escola Nilo Procópio Peçanha em Alta Floresta – MT, possibilitando a interação desses atores no cenário da Extensão Universitária. Foram realizadas atividades teóricas e práticas sobre os temas de higiene bucal, agricultura orgânica, compostagem, manejo e coleta de solo e adubação. Na avaliação dos acadêmicos foram apontados como pontos positivos das atividades a interação com a comunidade, exercício da oratória, criatividade na didática; repasse das informações desejadas, trabalho em equipe, superação, experiência e intenção de novos projetos desta natureza

**Palavras-chave:** Mais Educação, educação integral, interação, conhecimento.

### **Abstract**

This paper describes the activities of the academic discipline of Rural Extension Agronomy course of UNEMAT and school Nilo Procópio Peçanha community in Alta Floresta - MT, making the interaction of these actors on the stage of University Extension. Theoretical and practical activities on the topics of oral hygiene, organic farming, composting, soil management, collection of soil and fertilization were performed. In assessing academic pointed how positive activities interacting with the community, exercise of oratory, creativity in teaching points; transfer the desired information, teamwork, resilience, experience and intent to continue in new projects of this nature.

**Keywords:** Mais Educação, comprehensive education, interaction, knowledge.

## Introdução

Segundo Luck (2000) a Universidade deve apresentar a capacidade de ajudar o Homem a compreender o mundo, suas realidades e a posicionar-se diante de seus problemas vitais e sociais; no entanto, descuida-se igualmente do processo de apropriação crítica e inteligente do conhecimento e mais ainda da sua produção, uma vez que o ensino em geral, centra-se na reprodução de conhecimentos já produzidos.

A Extensão Universitária se torna exigência intrínseca do ensino superior em decorrência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade, uma vez que tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo. O que se desenrola no interior da Universidade, tanto do ponto de vista da construção do conhecimento, sob o ângulo da pesquisa, como de sua transmissão, sob o ângulo do ensino, tem a ver diretamente com os interesses da sociedade. (SEVERINO, 2007).

Assim sendo, foi publicado em 1999 o Plano Nacional de Extensão que define diretrizes que devem estar presentes em todas as ações de extensão: a) impacto e transformação; b) interação dialógica; c) interdisciplinaridade; d) indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão (FORPROEX, 2007).

Gurgel (1986) aponta a Extensão Universitária como o elemento de ligação entre a instituição de ensino superior e a sociedade em que se insere, dessa forma, se caracteriza de maneira dependente, ou seja, afeta os dois lados envolvidos simultaneamente.

A confirmação da extensão como função acadêmica da Universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de Universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento (JESINE, 2004).

As funções da Universidade no senso comum, quais sejam, a produção do conhecimento e a formação de recursos humanos qualificados, não se consubstanciam no vácuo, mas em relação com a sociedade; ambas, sociedade e Universidade, constituindo-se permanentemente nesta relação. Estas funções caracterizam a Universidade como o “lócus” permanente de reflexão e crítica acerca dos diferentes processos societários, este espaço precisa ser necessariamente, pluralista e democrático, devendo pressupor a valorização do fazer em sua relação com o saber. A Extensão Universitária tem logrado, ao longo da última década, consolidar-se enquanto espaço de aprendizagem reconhecida institucionalmente na academia. Contraditoriamente, a Universidade que se caracteriza por ser espaço de produção de conhecimento e disseminação de saberes, que deveria ser por essência, democrática na relação com estes saberes, tem justamente um funcionamento e uma cultura institucional autoritária no que tange a esta questão da dissociação entre o pensar e o executar. A Comunicação na Extensão Universitária é “processo viabilizador de um fórum local com capacidade de definir e gerar localmente políticas de desenvolvimento. Deve promover a concentração dos atores envolvidos no desenvolvimento local no sentido de possibilitar a promoção de ações econômico-produtivas imediatas, garantir a oportunidade para que os projetos de desenvolvimento sejam resultados das aspirações das pessoas envolvidas, possibilitar que o apoio governamental, em todos os níveis, sirva de reforço à lógica central.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia da UNEMAT contempla as tendências mais modernas da educação superior, que discutem a necessidade de formação de um profissional eclético, baseado na multi e transdisciplinaridade, na participação ativa nos processos de aprender a fazer, a conhecer, a conviver, a ser, integrando efetivamente os processos de produção do conhecimento e tendo como base instrumental uma efetiva capacitação para a transformação social. Neste contexto, o Engenheiro Agrônomo formado pela UNEMAT, deverá atuar como liderança na sua comunidade calcada em: sólida

formação teórico-prática e científico-humanista; uma formação de natureza reflexiva e crítica, integrada à realidade histórico-social; uma formação multi e transdisciplinar, em um modelo de ensino-aprendizado onde ele é construtor do conhecimento; uma formação norteada para o desenvolvimento rural e a manutenção da qualidade ambiental.

Aliado às disciplinas de graduação, onde se busca proporcionar ao futuro engenheiro agrônomo o conhecimento de outra realidade do meio rural além daquela mostrada na maioria dos cursos de Ciências Agrárias, qual sejam a pujança da agricultura empresarial, monocultora, concentradora, baseada na utilização de insumos químicos e mecânicos, desenvolvem-se trabalhos voltados para as comunidades de agricultores familiares, assentados ou não, a partir de problemáticas apontadas por eles. Para a comunidade escolar, o profissional das Ciências Agrárias deve proporcionar o educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Nesse sentido, pode-se resgatar o pensamento de Edgar Morin, que vislumbra para o terceiro milênio a esperança da criação da cidadania terrestre.

Para intermediar o paralelo ensino-pesquisa é colocada a extensão, onde os estudantes devem ser estimulados a refletirem sobre o que significa sua ação na Extensão e como trabalhar seus conhecimentos adquiridos no meio acadêmico confrontando-os com os conhecimentos do meio e dos sujeitos que encontrarão na prática. Para tanto, as metodologias existentes são trabalhadas e novas aparecem como necessárias para que propostas de estímulo e fortalecimento das potencialidades locais sejam objetivadas nos processos de trocas de conhecimentos.

A Extensão Universitária consiste em um processo que visa formar educadoras e não simples e prescritas pessoas “ambientalmente educadas”. O objetivo não é adequar o comportamento dos educandos a um padrão pré-existente definido externamente como sendo ambiental ou politicamente correto. O conteúdo das mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor e produtor, as modificações tecnológicas, devem ser definidas com ou a partir dos educandos, imersos em seu contexto cultural, político, ambiental. A relação educador-educando é um encontro de saberes, um diálogo democrático sobre a realidade vivida, não há saberes mais importantes, não há hierarquia de conhecimentos. Esta concepção libertária de educação emana de Paulo Freire, da Educação Popular, das práticas educacionais dos Movimentos Sociais e de outros educadores e teorias sociais e do ambientalismo, seu fundamento político é a Democracia Radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição do futuro e à construção da sua realidade e o desafio para esta educação passa pela emancipação de dominados e dominadores, explorados e exploradores (XENES et al, 2009).

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. O Programa é agrupado em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2010)

Para o desenvolvimento de cada atividade, o governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e as prefeituras municipais contribuem com pessoal de apoio segundo as atividades. As Escolas beneficiárias também recebem

conjuntos de instrumentos musicais e rádio escolar, dentre outros; e referência de valores para equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola com os recursos repassados (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012).

Existe a necessidade de uma reavaliação da questão educacional de forma geral e, especificamente, no campo, buscando promover uma educação humanizada com base em produtos naturais. No caso das Ciências Agrárias especificamente, percebe-se a dificuldade das Universidades brasileiras lidarem, nos processos de formação profissional, com um tipo de educação voltada ao desenvolvimento integral, qual seja, aquele que pensa a mudança da sociedade em todos os seus aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. No entanto, o que se assiste hoje é que a formação dos profissionais em Ciências Agrárias segue regra geral, o mesmo caminho de atender as demandas do mercado de trabalho que, por sua vez, são dirigidas para a grande produção agrícola. Na verdade, o papel formador das Universidades de Ciências Agrárias encontra-se mais direcionado para atender a lógica produtiva da agricultura monocultora e convencional, ficando reprimidas as demandas sociais para a agricultura familiar. Por outro lado, um trabalho de formação que se afaste dessa perspectiva produtivista deve ser pensado de forma a não estar dissociado da realidade, no caso, do meio rural brasileiro. Isto significa pensar em um novo perfil de profissional, consciente de sua responsabilidade social e de seu papel transformador da realidade.

A vivência nas Comunidades Rurais e Escolas vêm despertando nos estudantes a possibilidade de intervirem nesta realidade social, a partir dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e das necessidades identificadas. O desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade envolve a promoção de mudanças que percolem o cotidiano de todos os indivíduos e instituições. Nesse sentido, a concepção pedagógica da Educação Ambiental objetiva a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, potencializando as ações da educação para as necessárias e inadiáveis mudanças culturais e sociais de transição societária em direção à sustentabilidade (NEGREIROS, 2010).

O objetivo deste Programa reside na busca do fortalecimento do ensino de Extensão Rural, baseado nos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, através da intervenção em Escolas de Ensino Médio, proporcionando o intercâmbio de professores, extensionistas e estudantes visando o redescobrimiento de saberes e a troca de conhecimentos. Especificamente, pretende-se treinar estudantes da disciplina de Extensão Rural e disciplinas afins da UNEMAT em Alta Floresta–MT, em atividades extensionistas voltadas para o ensino e aprendizagem visando a formação de um profissional consciente de seu papel transformador da realidade e sua responsabilidade social, criando uma oportunidade aos estudantes universitários para adquirirem uma melhor formação, mais humana e condizente com a realidade do meio.

## **Desenvolvimento**

Para a realização do Projeto, partiu-se do princípio desenvolvido por Paulo Freire (1993 e 1997), onde se obtém um novo sentido para a teorização, destacando-se sua importância na reorientação da “práxis” (prática-teoria-prática). Não se trata de uma busca explicativa da prática, mas de uma elaboração dupla, onde a teoria contribui para explicar a prática e esta realimenta a teoria, exercício que requer, antes de tudo, a valorização das capacidades individuais e o reconhecimento da ação reflexiva e criativa do ser humano em busca de desafiar os limites impostos. O homem passa a ser sujeito modificador de seu próprio meio, ou seja, sujeito de sua história e de sua própria educação.

O trabalho foi desenvolvido por acadêmicos do Curso de Agronomia na disciplina de Extensão Rural da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Alta Floresta e com os alunos Escola Municipal Nilo Procópio Peçanha no ano de 2012.

O projeto foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma reunião com os dirigentes da Escola Municipal, docente responsável pela disciplina e acadêmicos de Agronomia, realizando um levantamento, utilizando a metodologia do FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), tendo como resultado os temas de higiene bucal, agricultura orgânica, compostagem e manejo e coleta de solo e adubação. Segundo Verdejo (2006) o FOFA é uma ferramenta capaz de identificar, analisar e visualizar o cenário atual de um grupo e torná-lo organizado e fortalecido.

As Metodologias Participativas são uma prática pedagógica composta por um conjunto de ferramentas/instrumentos capazes de ajudar a melhorar a qualidade de vida dos agricultores e das agricultoras familiares. Elas valorizam o que eles têm no local e aperfeiçoam e/ou potencializam as experiências vividas por eles, tendo como fundamental no processo a participação das pessoas para que essas sejam protagonistas da mesma (HABERMEIER, 1995). A participação ativa e crítica da sociedade civil nos processos decisórios, de planejamento e gestão dos recursos passam a ser uma condição essencial para evitar a marginalização socioeconômica e político-cultural da maioria da população (WUERGES, 2005).

Os acadêmicos de Extensão rural foram divididos em 4 grupos de 4 integrantes e tiveram um prazo de 20 dias para elaborarem palestras de 40 minutos, com uma linguagem adequada para o público infantil e com ilustrações visando facilitar o aprendizado. A apresentação dos seminários foi realizada no Museu de História Natural do Município de Alta Floresta no dia 11 de Abril de 2012. As palestras tiveram início às 13 horas e término às 17 horas. Neste evento compareceram cerca de 120 pessoas. (Foto 01). O transporte e o lanche dos alunos da escola até o Museu foi providenciado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDEUC).



**Foto 01.** Atividades teóricas realizadas no Museu de História Natural da UNEMAT de Alta Floresta. Foto: Luiz Fernando C. Ribeiro.

A segunda etapa do trabalho consistiu em apresentações na própria escola, localizada no Bairro Universitário. Os assuntos práticos tiveram relação com os assuntos teóricos e foram selecionados e preparados pelos acadêmicos. Os temas de aula prática foram: Horta vertical, compostagem, coleta de solos e higiene bucal. Na escola foram destinados espaços para a realização das práticas, sendo que os alunos, divididos em três

grupos de faixas etárias diferentes, visitaram e realizaram as atividades propostas em cada espaço.

Na atividade da horta vertical, os participantes passaram primeiramente por um processo de informação do tema abordado e depois para a execução da confecção da horta vertical. Esta consistia na fabricação da estrutura de sustentação; corte das garrafas pets, fixação delas na estrutura através de pregos, preenchimento com substrato e o plantio das mudas de cebolinha (Foto 02)



**Foto 02.** Atividades práticas realizadas na escola Municipal Nilo Procópio Peçanha. A – Turma que acompanhou as atividades de horta vertical. B – Montagem da estrutura da horta vertical. C – Corte das garrafas pets e plantio de cebolinha. D – Apresentação da horta vertical finalizada. Foto: Luiz Fernando C. Ribeiro.

Para a atividade da higiene bucal, a aula prática dividiu-se em dois momentos. No primeiro, fez-se a explanação das etapas necessárias à higiene bucal e como utilizar o fio dental corretamente com auxílio de um projetor de multimídia, nessa primeira etapa foi explorado o entendimento do grupo acerca da temática, envolvendo os seguintes questionamentos: Quantas vezes os dentes são escovados durante o dia? Passa o fio dental diariamente? O que você utiliza para fazer a limpeza da boca? Já visitou o dentista? Detectou-se como estava sendo realizado o processo de higiene bucal de cada educando e, a partir disso, foi-se introduzindo e despertando a atenção dos educandos para importância da temática. No segundo momento após ensinar ao grupo como e quando escovar os dentes e utilizar o fio dental, receberam fio dental e escova de dente e foram dois de cada vez ao banheiro junto com duas acadêmicas para auxiliar a escovação e esclarecer eventuais dúvidas na hora da escovação e passar o fio (Foto 03). Os materiais utilizados na atividade foram doados pela Secretaria Municipal de Saúde.



**Foto 03.** Atividades práticas realizadas na escola Municipal Nilo Procópio Peçanha. A – Turma que acompanhou as atividades de higiene bucal. B – Apresentação da teoria de higiene bucal. C – Prática de utilização de fio dental. D – Atividade prática com os alunos de escovação e utilização de fio dental. Fotos: Luiz Fernando C. Ribeiro.

Na compostagem, foi abordado a teoria dos componentes ou compostos para fazer o produto orgânico. Foram utilizados os seguintes compostos: casca de frutas (abacaxi, laranja e banana), folhagens, cascas de legumes e restos de comida. Foi explicado para os grupos da Escola com no máximo quinze alunos mais um profissional da escola, sobre a importância de cada composto que ali tinha para se fazer o adubo orgânico, após explicar a importância dos compostos, e de como se faz a compostagem, foi realizada uma prática com alunos para a fixação do conhecimento adquirido. No primeiro grupo houve um baixo interesse em participar da atividade prática, ao contrário dos demais, que demonstraram mais interesse sobre o assunto, fazendo várias perguntas, por exemplo: lugar apropriado para se fazer o composto, o tempo que leva até o composto virar adubo, e muitas outras perguntas. O grupo respondeu com propriedade e de forma simples, pois se tratavam de crianças. O último grupo apresentou uma pequena dificuldade por se tratar de um grupo composto por discentes de uma faixa etária maior que os outros dois grupos anteriores, aonde esse grupo teve um menor aproveitamento da prática (Foto 04).



**Foto 04.** Atividades práticas realizadas na escola Municipal Nilo Procópio Peçanha. A – Turma que acompanhou as atividades de compostagem e manejo de solos. B – Apresentação dos equipamentos e teoria da compostagem. C – Reunião com os alunos para as atividades práticas D – Atividade prática com os alunos de compostagem. Fotos: Luiz Fernando C. Ribeiro.

No tema coleta de solos foi apresentado a técnica de coletas e os equipamentos utilizados. A análise do solo é o melhor meio para avaliar sua fertilidade e, com base em seus resultados é possível determinar as doses adequadas de calcário e adubo para garantir maior produtividade e lucratividade para a lavoura. Para obter bons resultados com a análise é muito importante retirar as amostras corretamente (Foto 05). Diferentemente do que foi observado para a atividade de compostagem, todos os grupos participaram desta atividade.



**Foto 05.** Atividades práticas realizadas na escola Municipal Nilo Procópio Peçanha. A – Turma que acompanhou as atividades de análise de solos. B – Apresentação dos



equipamentos e teoria da coleta de solos. C e D – Atividade prática com os alunos de coleta de solos. Fotos: Luiz Fernando C. Ribeiro.

Posteriormente as atividades teóricas e práticas, no ambiente universitário, realizou-se uma dinâmica entre os acadêmicos da UNEMAT para o levantamento dos pontos positivos e negativos das atividades. Entre os pontos positivos levantados destacaram-se a interação entre Universidade e comunidade, exercício da oratória, criatividade na didática, valorização do trabalho em equipe, a reestruturação da horta escolar e principalmente o desejo de execução de novos projetos desta natureza. Como pontos negativos, o que ficou claramente em evidência é a inexperience em atividades praticas didáticas.

Os acadêmicos, ao final da dinâmica, concluíram que o objetivo proposto pela atividade foi alcançado, uma vez que a troca de conhecimento entre Universidade e escola foi realizada, pois segundo Melo Neto (2004), o questionamento deve ser uma via de mão dupla e afirma que esta forma separa o processo educativo da própria educação, o processo cultural da própria cultura, bem como o processo científico da própria ciência.

### Conclusões

A execução do trabalho apresentou uma grande contribuição para o conhecimento técnico, pessoal e social dos acadêmicos e futuros agrônomos. A oportunidade de atuar na Extensão Universitária proporciona um contato direto da comunidade acadêmica com a sociedade, resgatando a confiabilidade e credibilidade das ações da Extensão Universitária da UNEMAT do Campus de Alta Floresta.

### Referências

BRASIL. Ministério de Educação. Decreto – lei nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação

BRASIL. Ministério da Educação / FNDE / CD. Resolução nº 21 de 22 de junho de 2012. Destina recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, de 12 de abril de 2012, a Escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com os Programas Mais Educação e Escola Aberta.

FREIRE, P.; *Educação e mudança*. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1993. 80p.

\_\_\_\_\_; *Extensão ou comunicação?* Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1997. 96p.

FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GURGEL, R. M. *Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

HABERMEIER, K. Diagnóstico Rápido e Participativo da Pequena Produção Rural – *Série Metodologias Participativas*. Centro Sabiá, Recife, 1995.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a Extensão Universitária. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em 12 julho de 2012.

LUCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto a formação de seus gestores. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n.72, p. 11-33, 2000.

MELO NETO, J. F. *Extensão Universitária é Trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2004.

NEGREIROS, L. P.; FAÇANHA, T. G.; BEZERRA-FRANÇA, I. F. Processo de constituição e desenvolvimento das metas do programa de formação continuada Coletivo Educador Samaúma – Baixo Acre e Purus. *Educação Ambiental em Ação*, nº34, 2010. Disponível em: <[www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=946&class=font](http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=946&class=font)>. Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

VERDEJO, M.E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62p.

XENES, M. B. B.; ZAKRZEWSKI, S. B.B e DECIAN. V. D. Coletivo educador do alto Uruguai gaúcho: por uma educação ambiental permanente, participativa e continuada. *Revista Eletrônica de Extensão da URI*. v.5, n.7. mai. 2009. p. 28-35.

WUERGES, E. W. Empoderamento e conflitos em experiências de planejamento e ações de desenvolvimento: um estudo de caso no município de Rancho Queimado – SC / Edson Walmor Wuerges. – Florianópolis, 2005. 145f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.